Taxonomia e divulgação

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A Singapore-Asia Taxonomy

Uma taxonomia é um sistema de classificação que indica quais atividades econômicas contam como sustentáveis. É o dicionário do qual dependem os selos verdes, a elegibilidade a subsídios e a divulgação. A taxonomia de Singapura foi elaborada pela Green Finance Industry Taskforce, um órgão do setor convocado pela MAS, ao longo de quatro rodadas de consulta pública, em janeiro de 2021, maio de 2022, fevereiro de 2023 e, quanto aos critérios de desativação do carvão, junho de 2023. A MAS lançou o resultado, a Singapore-Asia Taxonomy for Sustainable Finance, em 3 de dezembro de 2023, durante a conferência climática COP28 em Dubai.[1]

A taxonomia abrange oito setores prioritários: energia, imóveis, transportes, agricultura e silvicultura ou uso da terra, indústria, tecnologia da informação e comunicação, resíduos e economia circular, e captura e sequestro de carbono. As atividades são classificadas por um sistema de semáforo. As atividades verdes operam com emissões próximas de zero ou estão em uma trajetória rumo às emissões líquidas zero até 2050. As atividades âmbar são atividades de transição que passarão a verdes dentro de um prazo definido ou que viabilizam reduções significativas de emissões no curto prazo. Todo o resto é não elegível, um rótulo que, como a MAS ressalta, não indica necessariamente dano significativo.[2]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A categoria âmbar é a principal inovação da taxonomia. A MAS descreve o instrumento como a primeira taxonomia de transição multissetorial do mundo. A taxonomia da União Europeia é essencialmente binária: uma atividade está alinhada ou não está. Um sistema binário funciona para uma economia que já descarbonizou grande parte de seu setor elétrico. Ajusta-se mal a uma região em que o carvão ainda responde por quase 60% da geração de energia elétrica e em que a usina a carvão média tem menos de quinze anos.[3] A categoria âmbar permite que os bancos rotulem e contabilizem o financiamento de etapas intermediárias críveis, que uma taxonomia binária deixaria sem classificação.

Duas outras características merecem menção. Uma abordagem baseada em medidas permite que investimentos específicos de descarbonização se qualifiquem mesmo quando a atividade como um todo ainda não atende aos critérios verdes. Critérios no nível da entidade e da instalação para a desativação antecipada de usinas termelétricas a carvão, alinhados a um cenário de 1,5 °C, exigem que a eletricidade da usina desativada seja integralmente substituída por energia limpa dentro da mesma rede e que a usina tenha um plano de transição justa.[4] O financiamento do fechamento de uma usina a carvão torna-se assim, sob condições definidas, uma atividade sustentável. A ideia liga a taxonomia aos créditos de transição discutidos mais adiante.

Interoperabilidade e a ASEAN Taxonomy

Uma taxonomia usada apenas por Singapura teria valor limitado para um centro regional. Por isso, a MAS começou a mapear a Singapore-Asia Taxonomy em relação à Common Ground Taxonomy da International Platform on Sustainable Finance, que abrange a taxonomia da UE e o Green Bond Endorsed Project Catalogue do Banco Popular da China. Singapura também participa do desenvolvimento da ASEAN Taxonomy for Sustainable Finance, que utiliza uma abordagem de semáforo semelhante. A Versão 4 da taxonomia da ASEAN foi submetida a consulta em novembro de 2025 e abrange seis setores prioritários e três setores habilitadores.[5]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Seguiram-se orientações práticas. A Singapore Sustainable Finance Association publicou orientações práticas sobre o uso da taxonomia em 7 de julho de 2025, e a MAS iniciou uma revisão que levará a uma segunda versão, com conclusão prevista para o fim de 2026. A cooperação com a China merece atenção porque emissores e investidores chineses estão cada vez mais presentes em Singapura, tema do Capítulo I.II. Uma China-Singapore Green Finance Taskforce foi criada em 2023. Em sua quarta reunião, realizada em Nanning em 17 de setembro de 2026, a MAS e o Banco Popular da China acordaram estender a interoperabilidade das taxonomias das atividades verdes às atividades de transição e discutiram o financiamento da adaptação e a conectividade transfronteiriça dos mercados de carbono.[6]

Relatórios climáticos de sociedades listadas e de grandes empresas

As taxonomias definem o que é verde. As regras de divulgação exigem que as empresas informem aos investidores o que efetivamente fazem. A Singapore Exchange introduziu relatórios anuais de sustentabilidade para emissores listados segundo o princípio pratique ou explique a partir dos exercícios encerrados em 2017 e, mais tarde, tornou obrigatórios os relatórios relacionados ao clima para emissores de determinados setores. O passo seguinte foi a adoção da base global estabelecida pelo International Sustainability Standards Board, cujos dois primeiros padrões, sobre divulgações gerais de sustentabilidade e sobre o clima, foram publicados em junho de 2023.[7]

A Accounting and Corporate Regulatory Authority e a SGX RegCo anunciaram no início de 2024 que os relatórios climáticos baseados nesses padrões se tornariam obrigatórios.[8] Todos os emissores listados na SGX devem reportar as emissões de gases de efeito estufa de Escopo 1 e Escopo 2 para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025 ou após essa data. As demais divulgações climáticas estão sendo introduzidas gradualmente, começando pelos componentes do Straits Times Index a partir do exercício de 2025, que acrescentam as emissões de Escopo 3 a partir do exercício de 2026. As demais sociedades listadas com capitalização de mercado de S$ 1 bilhão ou mais seguem a partir do exercício de 2028, e as restantes a partir do

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

exercício de 2030. As grandes empresas não listadas, definidas como aquelas com receita anual de pelo menos S$ 1 bilhão e ativos totais de pelo menos S$ 500 milhões, devem cumprir as regras a partir do exercício de 2030.[9] Essas datas posteriores refletem uma recalibração anunciada em agosto de 2025, quando a ACRA e a SGX RegCo prorrogaram os prazos para os relatórios climáticos e a asseguração e deram mais tempo aos emissores menores e às empresas não listadas.

A recalibração é coerente com a abordagem adotada em outros lugares. A União Europeia reduziu o alcance de sua diretiva sobre relatórios de sustentabilidade das empresas por meio do pacote Omnibus proposto em fevereiro de 2025, e a Suíça suspendeu a revisão de sua portaria sobre relatórios climáticos enquanto aguardava as decisões europeias.[10] Para Singapura, a preocupação era competitiva. Um pequeno mercado de ações que impusesse as obrigações mais exigentes da Ásia correria o risco de perder emissores para bolsas com regimes mais leves, questão examinada no Capítulo K.III. As autoridades mantiveram a divulgação completa para as maiores empresas, que atraem investidores internacionais, e concederam mais tempo às demais.

Expectativas de supervisão: risco ambiental e planejamento da transição

Para as instituições financeiras, as regras decisivas são as de supervisão. A MAS emitiu Guidelines on Environmental Risk Management em dezembro de 2020, em versões separadas para bancos, seguradoras e gestores de ativos.[11] As diretrizes esperam que os conselhos e a alta administração supervisionem o risco ambiental e que as instituições o integrem à sua gestão de riscos e às suas decisões de carteira e o divulguem em conformidade com os frameworks internacionais. São diretrizes emitidas com base nos poderes gerais de supervisão da MAS. Seu descumprimento não constitui, por si só, uma infração penal, embora influencie a avaliação que a MAS faz da gestão de riscos de uma instituição e da idoneidade de seus administradores.[12]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Os testes de estresse seguiram o mesmo caminho. O teste de estresse de todo o setor de 2018 expôs as seguradoras a um cenário de inundação extrema em Singapura, e o exercício de 2022 incluiu cenários climáticos de longo prazo. Em março de 2026, a MAS completou o arcabouço ao emitir diretrizes sobre planejamento da transição como adendo às diretrizes de risco ambiental, novamente em versões para bancos, seguradoras e gestores de ativos.[13] As diretrizes sobre planejamento da transição pedem às instituições que considerem como seus clientes e as empresas investidas estão se adaptando a uma economia de baixo carbono e que utilizem o engajamento como principal ferramenta. A saída fica reservada aos casos em que o engajamento fracassa.[14] Essa abordagem reflete a estratégia regional: um banco que simplesmente se retirasse de clientes asiáticos intensivos em carbono reduziria suas próprias emissões reportadas sem reduzir as da região.

Notas

1. MAS, *Sustainability Report 2022/2023*, citado acima, sobre as consultas de janeiro de 2021, maio de 2022 e fevereiro de 2023 e uma consulta sobre os critérios de desativação do carvão em junho de 2023; MAS, "MAS Launches World's First Multi-Sector Transition Taxonomy", comunicado à imprensa, 3 de dezembro de 2023, mas.gov.sg (acesso em novembro de 2026), sobre as "four rounds of public consultation". ↩
2. MAS, comunicado à imprensa de 3 de dezembro de 2023, citado acima, que enumera os oito setores e define as categorias verde, âmbar e não elegível, com a observação de que a não elegibilidade nem sempre indica dano significativo. ↩
3. MAS, "Transition Credits", mas.gov.sg/development/sustainable-finance/transition-credits, última atualização em 19 de novembro de 2025 (acesso em novembro de 2026): o carvão responde por "nearly 60% of power generation in the region" e as usinas a carvão da Ásia têm em média menos de 15 anos. ↩
4. MAS, comunicado à imprensa de 3 de dezembro de 2023, citado acima, sobre a abordagem baseada em medidas destinada a "encourage capital investments into decarbonisation measures" e sobre os critérios de desativação do carvão,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

que exigem que a produção seja "fully replaced with clean energy within the same electricity grid", juntamente com um plano de transição justa. ↩

5. MAS, comunicado à imprensa de 3 de dezembro de 2023, citado acima, sobre o mapeamento em relação à IPSF Common Ground Taxonomy, então ainda não concluído. — MAS, *Sustainability Report 2025/2026*, "A Vibrant Sustainable Finance Ecosystem: Strategy", mas.gov.sg, última atualização em 27 de julho de 2026 (acesso em novembro de 2026): ASEAN Taxonomy Version 4 submetida a consulta em novembro de 2025, abrangendo seis setores prioritários e três setores habilitadores. ↩

6. MAS, *Sustainability Report 2025/2026*, "Strategy", citado acima: orientações práticas da SSFA publicadas em 7 de julho de 2025; revisão SAT 2.0 iniciada em 2026, com conclusão prevista até o fim de 2026. — MAS, *Sustainability Report 2025/2026*, "Strategy", citado acima, sobre a criação da força-tarefa em 2023 e sua terceira reunião em Singapura em julho de 2025; MAS, "MAS and PBC Strengthen Cooperation at the 4th Singapore-China Green Finance Taskforce Meeting", comunicado à imprensa, 18 de setembro de 2026, mas.gov.sg (acesso em novembro de 2026): reunião realizada em 17 de setembro de 2026 em Nanning; planos para estender a interoperabilidade das taxonomias das atividades verdes às de transição; discussões sobre adaptação e resiliência e sobre a conectividade transfronteiriça dos mercados de carbono. ↩

7. SGX Listing Rules 711A e 711B e Practice Note 7.6: relatórios de sustentabilidade a partir do exercício de 2017 segundo o princípio pratique ou explique; relatórios climáticos obrigatórios introduzidos gradualmente a partir do exercício de 2022 para determinados setores. — IFRS Foundation, IFRS S1 e IFRS S2, publicados em 26 de junho de 2023. ↩

8. ACRA e SGX RegCo, anúncio conjunto de fevereiro de 2024 sobre os relatórios climáticos obrigatórios (o cronograma original incluía, ao que consta, as grandes empresas não listadas a partir do exercício de 2027 e o reporte de Escopo 3 pelos emissores listados a partir do exercício de 2026). ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

9. MAS, “Regulatory and Supervisory Approach”, mas.gov.sg/development/sustainable-finance (acesso em novembro de 2026): “All SGX-listed issuers are required to report Scope 1 and 2 greenhouse gas emissions” a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, com as demais divulgações climáticas introduzidas gradualmente, começando pelos componentes do Straits Times Index a partir do exercício de 2025. — Accounting and Corporate Regulatory Authority, “Sustainability Reporting”, acra.gov.sg/regulations/sustainability-reporting, última atualização em 27 de julho de 2026 (acesso em novembro de 2026): “Listed companies and Large non-listed companies (Large NLCos) need to comply from FY2025 and FY2030, respectively.” — ACRA, “Sustainability reporting and assurance requirements”, acra.gov.sg/regulations/sustainability-reporting/requirements-timeline (acesso em novembro de 2026): Escopo 3 para os componentes do STI a partir do exercício de 2026; demais divulgações baseadas no ISSB para emissores fora do STI com capitalização de mercado de S$ 1 bilhão ou mais (em 30 de junho de 2025) a partir do exercício de 2028 e para os demais a partir do exercício de 2030; Escopo 3 voluntário para emissores fora do STI e grandes empresas não listadas até nova ordem; limites para grandes empresas não listadas de S$ 1 bilhão de receita e S$ 500 milhões de ativos totais; asseguração limitada das emissões de Escopo 1 e 2 a partir do exercício de 2029 (listadas) e do exercício de 2032 (grandes não listadas); prazos prorrogados anunciados pela ACRA e pela SGX RegCo em agosto de 2025. ↩
10. Ressos, *Genève, place financière internationale*, capítulo K.II (“La finance durable”), seções sobre o arcabouço federal e sobre a União Europeia, que citam o pacote Omnibus I de 26 de fevereiro de 2025 e a decisão do Conselho Federal de junho de 2025 de suspender a revisão da portaria sobre relatórios climáticos. ↩
11. MAS, “Regulatory and Supervisory Approach”, citado acima: Guidelines on Environmental Risk Management emitidas em dezembro de 2020, com versões setoriais para bancos, seguradoras e gestores de ativos. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

12. MAS Guidelines on Environmental Risk Management for Banks, Insurers and Asset Managers (8 de dezembro de 2020), seções sobre governança, gestão de riscos e divulgação; fundamento legal indicado na capa de cada conjunto de diretrizes. ↩
13. MAS, "Regulatory and Supervisory Approach", citado acima: Industry-Wide Stress Test de 2018 com um cenário de inundação extrema para as seguradoras; Industry-Wide Stress Test de 2022 com cenários climáticos de longo prazo. — MAS, "Regulatory and Supervisory Approach", citado acima: diretrizes sobre planejamento da transição emitidas em março de 2026 como adendo às ENRM Guidelines, com versões setoriais para bancos, seguradoras e gestores de ativos. ↩
14. MAS Guidelines on Environmental Risk Management (Transition Planning), março de 2026: ênfase no engajamento com clientes e empresas investidas, com o desinvestimento ou a saída como último recurso. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.